



USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, AUTONOMIA NA APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A DISTÂNCIA: UMA POSSIBILIDADE PARA A INCLUSÃO DIGITAL

DIGITAL TECHNOLOGIES USE OF AUTONOMY IN LEARNING AND VOCATIONAL EDUCATION DISTANCE:
A CHANCE FOR DIGITAL INCLUSION

Maria Rosemary de Oliveira

Resumo: *Esse artigo analisa e apresenta em que aspectos o uso de tecnologias digitais interfere na construção da autonomia na aprendizagem e, de que modo pode potencializar a inclusão digital. Também tem o propósito de compreender como os conceitos de aprendizagem colaborativa, interatividade e autonomia se convergem e se completam no debate da educação a distância e online. Essa escrita é parte da dissertação de mestrado que teve como propósito central investigar as implicações do uso de tecnologias digitais na aprendizagem de egressos de cursos da rede e-Tec Brasil (educação profissional a distância). Os procedimentos metodológicos adotados na construção do referido estudo articulam-se a partir da perspectiva sócio-histórica, que contempla as bases teóricas do pensamento bakhtiniano. Nesse sentido, tem como princípio a ideia de que cada contexto é povoado por diversas vozes. Que o entrecruzamento destas, a percepção dos muitos olhares e experiências comprovam a existência de diferentes abordagens em múltiplas verdades. Assim, pesquisador e pesquisado se ressignificam e são ressignificados. Teoricamente fundamentado a partir da análise das produções de vários autores que tratam da referida temática, esse artigo aponta para a ideia de que a inclusão digital é potencializada nas práticas da educação a distância e profissional da rede e-Tec Brasil. Um começo desse processo, uma vez que, para além dos propósitos pedagogicamente elaborados, as experiências do fazer um curso a distância, utilizando tecnologias digitais, proporcionam aos discentes uma reorientação nos seus processos de aprendizagem, possibilitam o desenvolvimento da autonomia e sedimenta bases que poderão proporcionar uma efetiva inclusão digital.*

Palavras-chave: *Tecnologias digitais, Autonomia na aprendizagem, Inclusão Digital, Rede e-Tec Brasil*

Abstract: *This article analyzes and presents in what ways the use of digital technologies interfere in the construction of autonomy in learning and how it can enhance digital inclusion. It also aims to understand how the concepts of collaborative learning, interactivity and autonomy converge and complete the*



discussion of distance education and online. This writing is part of the dissertation whose central purpose investigate the implications of the use of digital technologies in learning graduates of courses and network-Tec Brazil (professional distance). The methodological procedures adopted in the construction of this study are articulated from the socio-historical perspective, which includes the theoretical bases of baktiniano thought. In this sense, it has as principle the idea that each context is populated by several voices. The interweaving of these, the perception of many looks and experiences prove the existence of different approaches and multiple truths. Thus, researcher and if resignify and are reinterpreted. Theoretically grounded from the analysis of the productions of several authors dealing with this theme, this article points to the idea that digital inclusion is enhanced practices of distance education and professional and network-Tec Brazil. A beginning of this process, since, in addition to pedagogically designed purposes, the experiences of doing a distance learning course, using digital technologies provide the students with a shift in their learning processes, enable the development of autonomy and consolidates bases that may provide an effective digital inclusion.

Keywords: *digital technologies, autonomy in learning, Digital Inclusion Network e-Tec Brazil*

A autonomia não é tema novo nas pesquisas acadêmicas, nos propósitos educacionais, nos debates em eventos, bem como nas conversas de/entre intelectuais. Nas escritas ou previsões que trazem como foco a construção de uma aprendizagem significativa, contextualizada, transformadora e criadora, é quase inevitável não se fazer uma referência à autonomia nos processos de elaboração do conhecimento. Quando o assunto é o uso de tecnologias digitais na aprendizagem, associado à Educação a Distância em ambientes virtuais, o conceito autonomia sempre aparece, pois, muitos autores entendem que as TICs e a EaD podem “transgredir as práticas educacionais reprodutoras, favorecendo a criação da autonomia e autoria” (RICARDO; VILARINHO, 2006, p. 111).

A referência à autonomia na educação é tão antiga como a Grécia de Platão e Aristóteles, em que o “processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, preconizava a capacidade do educando de buscar respostas às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma” (MARTINS, 2002, p. 224). Também presente na era moderna, nas lutas sociais e sindicais, bem como nos movimentos autonomistas, conforme aponta Martins, as ações desse tempo buscavam a “defesa do alargamento das bases democráticas das relações sociais e políticas” (MARTINS, 2002, p. 215). Percebo que os aspectos dadialogicidade, da autoria e da capacidade de decisão também estão impressos nas relações que possibilitam a construção da autonomia.

As ideias de Rousseau e Kant são apresentadas por Zatti (2007) como precursoras de uma educação que tinha como princípios o pensamento livre e a criação autônoma dos estudantes.

Rousseau já defendia que a razão deveria substituir a autoridade para que a criança aprendesse a raciocinar, e, assim, pudesse desenvolver opinião própria. Kant nos

mostrou a necessidade de uma educação que forme para uma vida racional, de uma educação que possibilite aos sujeitos a construção de si [...] (ZATTI, 2007, p. 65).

Tanto nas ideias dos gregos como dos iluministas estão explícitos os interesses pela autonomia, pois a busca pelas próprias respostas, o alargamento das bases democráticas, a livre criação, o aprender a raciocinar, a ter opinião própria ou tornar-se sujeito e construtor de si aparecem como alternativa para a realização das bases de uma efetiva autonomia na formação humana.

O pensamento iluminista contribuiu para que velhas estruturas fossem rompidas, tomando o racionalismo como princípio, a verificação como indicativo da certeza e a ação sobre os fatos dados como essenciais para a conquista dos propósitos de liberdade e democracia do homem daquele tempo. Assim, o homem iluminista é tido como dono do seu tempo, das suas ações, da sua história.

Não é propósito deste capítulo verificar os avanços e as limitações do pensamento iluminista para a concretização do ser humano como criador de sua realidade, como sujeito autônomo, mas, apenas deixar claro que este debate é histórico e, em tempos diversos, a temática sobre a autonomia ganha destaque, novos adeptos, pesquisadores e, conseqüentemente, concepções diferenciadas.

No cenário educacional brasileiro atual, esse tema (autonomia) ganha grandes proporções, sobretudo junto aos pesquisadores da Educação a Distância e *Online*. Instigados pela potência educativa dos ambientes virtuais de aprendizagem e pelas tecnologias digitais que proporcionam o aumento da capacidade de criação e autonomia no processo de formação, diversos pesquisadores têm apresentado a autonomia como centro de seus estudos e análises. Entretanto, tenho que é Paulo Freire o expoente brasileiro que melhor contribuiu para que a autonomia na pedagogia, ou a “Pedagogia da Autonomia” se tornasse assunto essencial no debate que enseja discutir sobre uma educação com qualidade para a formação humana.

Exemplo dessa busca por entender e apontar a autonomia como essencial nos processos formativos, sobretudo em Educação a Distância e *Online*, está na obra “Prática Pedagógicas e Tecnologias Digitais (SANTOS; ALVES, 2006). Dos dezessete capítulos escritos por renomados autores que tratam dessa modalidade de ensino, nove citam Paulo Freire e/ou trazem a contribuição de sua teoria para pensar os processos de aprendizagem, baseados nos princípios da autonomia. No portal CAPES, algumas dezenas de obras, artigos e capítulos de livros também trazem o debate sobre a contribuição do pensar a educação a partir desse conceito. Vários temas e realidades são trazidos à tona, como Educação Infantil, popular, Políticas educativas, Representações sociais, Gestão escolar, Formação Humana, etc. Entretanto, parece novo trazer essa conversa, esse debate, esse conceito e ideia de uma pedagogia para a autonomia, quando a modalidade de ensino é a Educação Profissional.

1 Aprendizagem colaborativa, interatividade e autonomia: pontos que se encontram na educação a distância e *online*

Para entender a construção da autonomia na formação educacional é preciso perceber seus desdobramentos na formação do indivíduo. É essencial, também, apreender

os elementos sociais que proporcionam atitudes críticas e criativas, características da autonomia, pois esta implica numa construção individual que se dá na interação social das experiências de aprendizagem colaborativa e interativa.

Pensando nessa construção individual e coletiva, Serafini (2011) aponta que a “autonomia é um processo gerado também de forma colaborativa” (p. 123), que “não é somente de independência, mas de interdependência” (p. 127). Entendo que a pesquisa e o debate acerca do conceito da construção da autonomia na educação precisam se atentar para os elementos individuais e coletivos que envolvem as relações durante a formação educacional.

Pretti (2005), afirma que entende “a EaD como possibilidade de viabilizar ao aprendiz a construção da autonomia” (p. 3). É pertinente dizer o que significa um aprendiz com autonomia para este autor, já que o conceito de autonomia está sempre permeado por concepções de relações sociais, princípios e fins a que se pretende uma prática educativa. Para Pretti, “a autonomia acontece quando o aluno é capaz de falar em próprio nome, é possuidor de uma mensagem a ser proferida” (p. 6). Essa ideia leva a crer que a autonomia ocorre com a aquisição de conhecimentos, já que não parece provável atribuir habilidade argumentativa e com autoria sem a produção de conhecimentos necessários para a expressão da mesma. Esse autor ressalta que “autonomia e conhecimento são conceitos que se reclamam reciprocamente” (p. 7). Sábias palavras, elas levam a pensar que uma aprendizagem significativa implica no domínio de saberes que possibilitam a conquista da autonomia.

É importante pensar como os papéis docentes que surgem no contexto da sala de aula virtual contribuem para a construção da cidadania. Lacerda (2011, p. 3) afirma que “o principal papel da educação reside na preparação do indivíduo para, autonomamente, saber buscar informações e transformá-las nos conhecimentos de que ele necessita, no momento em que deles necessita e da forma mais criativa possível”. Isso pode ser traduzido na ideia do que seja de fato uma educação que atenda às necessidades cotidianas, que contribui para a formação de cidadãos com atitudes diante das demandas sociais e individuais. Isso pressupõe autoria, já que a formação/aprendizagem, assim concebida, requer a intervenção na obra e não apenas a contemplação imaginada separada da proposição, conforme diz Silva (2003) ao se referir ao Parangolé. Para o referido autor, propor uma aprendizagem na perspectiva da coautoria implica em um aluno que cria, modifica, constrói, torna-se coautor. Das habilidades que o professor deve ter Silva propõe a promoção de uma sala de aula interativa, com participação, intervenção e engendramento da cooperação, o que não parece tarefa fácil, mas pode representar uma experiência de autonomia na aprendizagem. Entendo que a interatividade pesquisada e apresentada por Silva (2003) é também precursora na construção dessa autonomia. E, em Assman (2000), percebo que o uso de tecnologias digitais, indicadas por ele como memórias eletrônicas hipertextuais, são potencializadoras de uma formação que promove a autonomia.

Mediante o uso de memórias eletrônicas hipertextuais, que podem ser consideradas como uma espécie de prótese externa do agente cognitivo humano, os aprendentes se veem confrontados com uma situação profundamente desafiadora: o recurso livre e criativo e essa ampla memória externa pode liberar energias para o cultivo de uma memória vivencial autônoma e personalizada, que sabe escolher o que lhe interessa (ASSMAN, 2000, p. 11).

Estes autores trazem proposições acerca da possibilidade de que a sala de aula, incluindo a virtual, e o uso de tecnologias digitais no processo de aprendizagem podem proporcionar a construção de uma aprendizagem significativa, capaz de desencadear a autonomia dos aprendentes.

Ao discutir sobre “Aprendizagem cooperativa e colaborativa” Reis (2011. p. 17) diz que no “processo de ensino-aprendizagem mediatizado, a EAD deve oferecer suporte e estruturar um sistema que viabilize e incentive a autonomia dos estudantes nos processos de aprendizagem”. E, ainda, que “o exercício da autonomia pelo aprendiz incita-lhe a tomada de decisão sobre os caminhos a seguir na exploração dos conteúdos apresentados e a disciplina nos horários de estudos, tornando-o mais ativo e criativo” (REIS, 2011. p. 51). É perceptível que há um indicativo da importância da inserção e/ou aprofundamento do debate acerca da autonomia na EaD. Já presente em algumas obras, esse debate exige mais estudos e/ou aprofundamento de outras pesquisas para que novas contribuições sejam dadas para o projeto político de EaD em construção no Brasil.

Dentre as pesquisas sobre EaD há um grande indicativo de que esta modalidade de ensino potencializa a construção da autonomia. Entretanto, ainda são poucos os estudos que visam comprovar a veracidade dessa construção. Ao fazer uma busca no portal CAPES sobre autonomia e aprendizagem, aparecem centenas de publicações que trazem temas diversos que se referem à autonomia na aprendizagem na educação Infantil, na Filosofia, junto às famílias populares, professores, que se referem às políticas educacionais, à gestão na escola, formação humana, representações sociais, projetos políticos pedagógicos, dentre outros. No entanto, quando o enfoque é autonomia e aprendizagem em EaD apenas cinco artigos foram localizados. No SCIELO somente dois artigos foram localizados. Ao delimitar ainda mais esta busca, tentando encontrar algum estudo que trata da autonomia na aprendizagem em EaD na Educação Profissional, foi possível encontrar três trabalhos publicados, que serão posteriormente analisados.

Por isso, as informações apresentadas aqui trazem elementos que ajudam a discutir sobre o que significa pensar a autonomia na aprendizagem em EaD, mas há que se considerar a pouca contribuição quando se busca analisar a Educação Profissional. Tal cenário indica uma lacuna para investigações neste campo, bem como o grande desafio que é desenvolver EaD a partir dos princípios filosóficos da autonomia.

Os princípios da autonomia implicam numa construção individual e social. Individual porque não é possível pensar em autonomia apenas observando os aspectos sociais da ação humana. É preciso entender o ser humano/discente/cidadão/egresso de um processo de formação educacional, como construtor de sua consciência, na sua singularidade, com habilidades reflexivas sobre sua própria existência e autenticidade social, porque o princípio da humanidade e o seu desenvolvimento permanente é a sociabilidade. É plausível a ideia de que está na prática social a possibilidade da promoção humana e a sua afirmação como criatura autônoma. A educação é, nesse processo, parte significativa para a afirmação desse “ser” criador, de expressão, autêntico, autor, reflexivo, consciente e responsável pela sua própria existência.

O uso de tecnologias digitais na educação e, de forma mais acentuada na Educação a Distância e na *Online*, tem proporcionado mudanças significativas nas formas de ensinar e aprender. Para Ricardo e Vilarinho, “no momento atual, temos a chance, ao associarmos a

EaD as TICs, de transgredir as práticas educacionais reprodutoras, favorecendo a criação, autonomia e autoria de nossos alunos” (2006, p. 111).

Por isso a intensificação de pesquisas que tratam da implicação do uso destas tecnologias, nessa modalidade de ensino, é pertinente para compreender os desdobramentos de um contexto tecnologizado, interconectado e multimidiático do século XXI. E, nesse cenário, parece inevitável não destacar o desenvolvimento da autonomia de muitas pessoas que se encontram num processo de aprendizagem. É como aponta Provenzano e Waldhelm (2006, p. 265), “a autonomia discente (na EaD) torna-se quase um requisito para a aprendizagem”.

Nessa busca para demonstrar a importância da interatividade na construção da aprendizagem, Provenzano e Waldhelm trazem uma contribuição que deve ser considerada pertinente. As autoras afirmam que “com o avanço dos estudos em metacognição, a importância da interatividade ficou claramente demonstrada e hoje é a principal característica na aprendizagem *online*” (2006, p. 257).

Quando Silva (2003) aponta a participação-intervenção como aspecto fundamental da interatividade e diz que “participar não é apenas responder ‘sim’ ou ‘não’ ou escolher uma opção dada, significa interferir na mensagem de modo sensório-corporal e semântico”, encontra-se impresso nessa situação a condição imprescindível da colaboração e construção da autonomia. Para o referido autor, “como protagonista da ação, o aluno [...] cria, modifica, constrói, aumenta e, assim, torna-se coautor” (SILVA, 2001, p. 9). Posso dizer que só é capaz de construir, modificar e ser co-autor, o sujeito autônomo, e para isso a aprendizagem colaborativa é essencial.

Em Torres e Marriott (2006, p. 169), a “aprendizagem colaborativa é tida como condição para o desenvolvimento da autonomia”. Também Acevedo corrobora com a ideia de que a aprendizagem colaborativa conduz à autonomia, quando menciona “la tomada de conciencia sobre suresponsabilidadenedel estúdio” [...] e, assim, “elalumnadodebe adquirir habilidades para dirigir supropioaprendizaje y para desarrollar una forma de aprender realmente válida.” (2011. p. 14). Ou seja, adquirir consciência de sua responsabilidade como aprendiz e conduzir o seu próprio processo de aprendizagem é atitude de quem se desenvolve a partir da construção autônoma.

Na medida em que uma experiência educacional é fundamentada na colaboração e interatividade, ela proporciona a construção da autonomia de seus aprendentes. E, nesse sentido, não pode perceber a experimentação da autonomia fora da interação e colaboração dos sujeitos num processo de aprendizagem.

Destarte, colaboração, interatividade, EaD, ambientes virtuais de aprendizagem, uso de tecnologias digitais e autonomia são aspectos intrínsecos e que merecem ainda mais estudos e pesquisas. Sobretudo quando se refere à autonomia e à Educação Profissional. Esses aspectos devem ser entendidos como peças fundamentais para a ruptura de um modo de ensinar e aprender, até então, amalgamados no cotidiano educacional, para um jeito crítico e criador de fazer educação.

Para uma análise mais elaborada do conceito de autonomia na formação de discentes/egressos da Educação Profissional, faz-se necessário buscar experiências educacionais desses sujeitos de pesquisa e verificar o que os autores dizem sobre esse conceito na Educação Profissional. É o que apresento no próximo item.

2.A autonomia e aprendizagem na Educação Profissional

Intensificada em momentos históricos de maior desenvolvimento econômico, a Educação Profissional traz as marcas de um ideário capitalista e neoliberal, em que a formação educacional e a capacidade para competitividade são almeçadas, às vezes ao custo de uma formação humana, autônoma e politécnica. A ascensão da oferta de cursos nessa modalidade de ensino quase sempre coincide com um crescimento econômico. Na primeira década do século XXI, essa realidade não foi diferente. Nesse período o crescimento da economia brasileira saltou de uma média anual de 2,5% para cerca de 4,5%, segundo o relatório “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda, (2010, p. 7), ou seja, quase dobrou. Nesse mesmo período, a matrícula na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que era de 113.639, em 2002, passou para 219.989, em 2010, também quase dobrou. Logo, é perceptível uma relação entre as necessidades econômicas e as da Educação Profissional. Esses dados são aqui apresentados para demonstrar a relação entre a oferta da Educação Profissional com as necessidades econômicas do Brasil.

Se a formação para o trabalho vincula-se aos interesses do mercado, até que ponto a aprendizagem instituída nessa modalidade de ensino é capaz de romper com os interesses de mercado e promover a autonomia? Será esse um entrave para a construção da autonomia na aprendizagem? Ou, será essa uma característica da sociedade do conhecimento? Responder a essas questões não foi o objeto desse estudo, uma vez que o que se pretende nesse ponto é, dentre outros aspectos, buscar elementos que indiquem pistas sobre o uso de tecnologias digitais e sua relação no desenvolvimento da autonomia na aprendizagem. Mas, é importante ficar alerta para uma realidade que se configura. Até aqui, a partir das obras e pesquisas citadas, o que ficou evidente foi que há uma relação expressiva entre estes dois aspectos: uso de tecnologias digitais e desenvolvimento da autonomia na aprendizagem, o que é potencializado na EaD. Mas, será que isso ocorre na Educação Profissional? Sobretudo com egressos da Rede e-Tec Brasil?

O capítulo II da Resolução nº. 2 de 2012, do Ministério da Educação, que define as diretrizes curriculares nacionais para o ensino Médio, diz que os projetos políticos pedagógicos a serem realizados “devem ter como finalidade o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 2012, Art. 4º). Como a formação Técnica Profissional está inserida no Ensino Médio, concomitante ou subsequente, o entendimento é que essa finalidade se aplica à Educação Profissional de nível Técnico. Entretanto, não foram localizados estudos que ajudem a verificar a aplicabilidade da citada proposição, incluindo a de formação técnica em EaD.

Na busca por localizar estudos que objetivaram analisar a construção da autonomia, a partir dos usos de tecnologias digitais em EaD e na Educação Profissional, três artigos foram identificados (SILVA e PEDRO, 2010 – LEITE, et al. 2010 – CARDOSO. 2010), apesar de uma busca por vários periódicos e portais de publicação.) Nesses estudos há algo em comum: contribuições do uso de tecnologias digitais no processo de aprendizagem na formação profissional.

É possível dizer que o uso de tecnologias digitais na educação profissional e continuada contribui para a tomada de decisões dos discentes, bem como na assunção de responsabilidades pelo próprio processo de formação e nas experiências individuais, coletivas, colaborativas que são mediadas por educadores. Desse modo, é possível contribuir para um melhor desenvolvimento da autonomia dos aprendentes, ainda porque ninguém constrói a autonomia de outrem, mas pode colaborar para que o próprio sujeito a desenvolva.

Paulo Freire (1996, p. 12) diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. É entendendo a autonomia como um assumir-se, como algo que não acontece, mas que é construído cotidianamente, em diversos espaços sociais, sobretudo nos educativos, que tomo de Freire a ideia de que:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos [...] ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...] (1996, p. 23).

Por esse caminho se faz a autonomia. Essa produção do conhecimento é vivificada e experimentada com maior poder de concretização neste tempo de informatização, tecnologização e conexão, através do uso de tecnologias digitais no processo de formação, inclusive na Educação Profissional, onde asTICs, [...] podem tornar o processo ensino-aprendizagem mais rico e servir como complemento ao ensino presencial, revelando caminhos para o desenvolvimento da maturidade do aluno... (SILVA; PEDRO, 2010, p. 219).

Entretanto, Freire (1996) chama a atenção para o fato de que “divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado” (p. 19). Por isso a necessidade de aprofundar no tema em estudo e perceber as pesquisas e dados como testemunhas de uma realidade, e não como fato forjado para cumprir um propósito de pesquisa ou modismos de um tempo.

Como uma grande abertura para as conversas e ideias discutidas acerca da construção da autonomia na aprendizagem, tenho a necessidade de trazer a contribuição de uma recente leitura, a obra deFabreTrocmé(2004), que traz ideias com as quais coaduno:

“a autonomia como construção, como algo pessoal, de cada um, subjetivo, mas desenvolvido na coletividade, na interatividade, na colaboração, como percurso que requer a participação do outro, sobretudo dos educadores para que seja experimentada, desenvolvida, ampliada, construída ao longo de toda a vida. Como um percurso constante, como ato de “aprender: um ofício ao longo de toda a vida” (p. 33).

De Fabre-Trocmé (2004) trago a ideia de autonomia como percurso, entendendo que “o percurso do aprendente compreende um espaço tempo em que o aprendente age sozinho” (p. 33). Para esse percurso a autora aponta dez etapas em que o saber é um exercício “que nós atravessamos quando aprendemos” (p. 33).

No percurso de descobrir, reconhecer, saber organizar, criar, escolher, inovar, trocar, saber compreender, integrar e comunicar acontece a construção da autonomia, que não se finda nos limites do tempo e de um espaço educacional. Mas, que pode ser potencializada por esse, na medida em que amplia as habilidades individuais e vivifica-se o contato com o seu próprio contexto. Essa autonomia está na capacidade humana de refletir, problematizar, criar, optar, recriar, ter competência para se integrar, socializar, trocar e se reconfigurar como ser único, mas social, dono de um saber exclusivo, mas coletivamente construído. Será

a Inclusão Digital um movimento em prol da autonomia? Isso é um pouco do que será discutido a seguir.

3. Inclusão digital: uma possibilidade da Educação Profissional na rede e-Tec

“[...] aprender a se informar e aprender a informar [...]” (LE COADIC, 2004, p. 112 apud JAMBEIRO, 2005, p. 33), O que nos é exigido na sociedade da informação e do conhecimento?

Percurso experimentados levaram a estudos e pesquisas, debates e informações, dados e análises que exigiram um mínimo de conversa sobre a possibilidade de se pensar a Inclusão Digital como uma implicação do uso de tecnologias digitais na construção da aprendizagem.

Entretanto, analisar os princípios que fundamentam a Inclusão Digital a partir de uma concepção humanista e transformadora exige um estudo mais aprofundado e uma exposição mais elaborada acerca de alguns conceitos. Por isso, limitarei a tratar dessa temática trazendo algumas contribuições teóricas, sem o aprofundamento que lhe é merecido e com a certeza de que poderá ser melhor discutida, pesquisada e analisada em outros momentos e circunstâncias.

Trago de Jambeiro (2005), o conceito de Inclusão Digital como fruto da sociedade da informação que está inserido no espírito de nosso tempo. Isso me faz pensar acerca desse tema no contexto educacional e me leva a questionar como essa temática deve ser tratada. Parece impossível discorrer sobre a aprendizagem na “era” da sociedade do conhecimento sem discutir suas relações com a inclusão digital. Seria adequado apontar algumas experiências que utilizam tecnologias digitais na EaD como princípio norteador da inclusão digital, como é o caso da rede e-Tec? Essa questão desperta para a sua essencialidade nos debates educacionais.

Encontrei referência em alguns autores como Lemos (2011), para quem a Inclusão Digital é alcançada “quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno da cidadania” (p. 16). Isso implica em entender a Inclusão Digital para além do contato, acesso, aquisição, manuseio, adaptação e desenvolvimento de habilidades na utilização das tecnologias digitais.

Bonilla e Oliveira (2011, p. 43) afirmam que: “[...] o uso pleno das TIC compõe os direitos humanos, a cidadania e a dinâmica de geração de ‘novos direitos’”. Para esse debate, os autores propõem discutir o termo exclusão social para depois relacioná-lo à inclusão social e, assim, analisar os sentidos atribuídos aos termos exclusão e inclusão digital. O uso de tecnologias digitais, conforme apontado por Bonilla e Oliveira, criariam condições de auto organização, colaboração e dos processos horizontais que estruturam as bases para a constituição de uma nova organização social. Será que uma concepção de ensino, baseada nos princípios da colaboração, interatividade, mediação partilhada, autonomia, impregnada desse novo jeito de aprender utilizando tecnologias digitais, contribuiria “[...] para que os sujeitos se articulem ativamente nessas novas dinâmicas sociais, através das tecnologias, para gerar as transformações necessárias às suas demandas sociais, econômicas, culturais e políticas”? (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 32). Seriam as

experiências da EaD e EOL, inclusive da rede e-Tec, precursoras de uma transgressão do modelo de ensino instituído ao longo do século XX, sobretudo na Educação Profissional? “Cabe analisar até que ponto ações de inclusão digital potencializam interações e possibilidades dos próprios sujeitos se engajarem nas atuais dinâmicas sócio técnicas de forma ativa, participativa, propositiva e construtora de novas realidades sociais” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 35).

De algum modo, a forma de condução das atividades, o uso de tecnologias digitais, as experiências de pesquisas e meios utilizados na construção do conhecimento levam a crer que depois de ter realizado um curso profissionalizante, na modalidade a distância, utilizando tecnologias digitais, o egresso da rede e-Tec não pode ser considerado como um excluído digital. Arrisco dizer que eles encontram-se num processo de inclusão, muitas vezes iniciado na experiência de realização do referido curso, ou, no percurso que atravessamos quando aprendemos.

Entendo que o acesso à rede de computadores e ao sistema de comunicação contribua para a construção de uma razoável capacidade técnica, para a busca informações e apropriação dessas de maneira utilitária.

Entretanto, “quanto mais inseridos nas dinâmicas contemporâneas, dentre elas os processos educativos, com mais rapidez os sujeitos se familiarizam e compreendem os processos digitais” (BONILLA; OLIVEIRA, 2011, p. 39). Ou seja, as experiências educacionais que priorizam a utilização de tecnologias digitais no processo de aprendizagem são potencializadoras da Inclusão Digital.

“Aprender a se informar e aprender a informar”, numa “educação para a informação” que contribua para uma “cultura informacional”, conforme Jambeiro (2005, p.32) seria um desafio para os que trabalham na perspectiva da inclusão digital.

Assim, para o alcance à inclusão digital seria preciso, além do contato, acesso, aquisição, manuseio, adaptação e desenvolvimento de habilidades para a utilização das tecnologias digitais, o desenvolvimento da capacidade para aprender autonomamente, a partir do uso das tecnologias, essenciais na busca de informações pertinentes à construção do conhecimento necessário às exigências de um contexto multimidiático, tecnologizado e interconectado. Ou seja, uma capacidade para a “aquisição de um instrumental cognitivo” e “constituição de uma teleexistência”, conforme Becker (2008).

4.Considerações finais

As práticas de educação a distância e *online* são as que mais podem potencializar o acesso, formação da capacidade de manuseio e uso das tecnologias digitais. Evidentemente que esse é apenas o começo de um logo processo de Inclusão Digital, que exige muito mais que isso. Entendo a Inclusão Digital como uma possibilidade na rede e-Tec, porque percebo que, para além dos propósitos pedagogicamente elaborados, as experiências de fazer um curso a distância utilizando tecnologias digitais proporcionam aos discentes uma reorientação nos seus processos de aprendizagem, criando condições para a qualificação de suas capacidades na pesquisa e busca de informações, bem como possibilitando situações que contribuem para o desenvolvimento da autonomia e aumento do potencial de aprendizagem dos mesmos.

Nesse percurso, é possível sedimentar algumas bases que poderão, ou não, proporcionar uma efetiva Inclusão Digital, com pilares que possam se configurar numa educação para a informação, que promova a cidadania e potencialize a inclusão social. Para alguns, essas palavras soam como quimera, mas prefiro entender que na sociedade da informação e do conhecimento estão sendo gestadas as bases para uma mudança definitiva nos paradigmas da educação, sobretudo profissional, e que será instituída uma lógica da comunicação, fundamentada numa autoria e co-autoria, irrigada pela permutabilidade de informações que possam potencializar os processos de aprendizagem, numa dinâmica em que a autonomia em aprender seja uma experiência cotidiana.

4. Referências bibliográficas

- ACEVEDO, Sara Osuna. **Aprender em La web 2.0: Aprendizagem colaborativo em comunidades virtuales**. Revista Digital La Educacion, n. 145, Maio de 2011.
- ASSMANN, Hugo. **A metamorfose do aprender na sociedade da informação**. Brasília: Sociedade da informação; Sociedade aprendente; Hipertexto;. Pensamento transversal. v. 29, n. 2, p. 7-15, 2000.
- BECKER, Maria Lúcia. **Inclusão digital: os limites e desafios da tecnologia como fator de inclusão social e cidadania**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 8, p. 49-57, 2008. Disponível em: <<http://uepg.br/emancipação>>. Acesso em: 04 nov. 2012.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar de Souza (Org.). **Inclusão Digital: ambiguidades em curso**. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, v. 2. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores agregados de resultados 2002 a 2010**. Disponível em: <<http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/agregados.php>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- BRASIL Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Brasília, DF, 2010.
- CARDOSO, Maria de Lourdes. **Ambientes de aprendizagem Web 2.0: um estudo sobre a utilização de uma ferramenta de escrita colaborativa no Ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Minho, Portugal, Braga, 2010.
- FABRE, Hélène Trocmé. **A árvore do saber aprender: rumo a um referencial cognitivo**. São Paulo, Troin, 2004. (Trad. de Marly Segreto)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.
- JAMBEIRO, Othon et al. **Inclusão Digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania**. Brasília, . C. INF. Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.
- LACERDA, Gilberto. **Ensinar e aprender no meio virtual**. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, Vol.37, nº 2, 2011.
- LEITE, Maria Teresa Meirelle et al. **Educação médica continuada online: potencial e desafios no cenário brasileiro Profissional**. Rev. Brasileira de Educação Médica, vol.34, n.1, Rio de Janeiro, Jan e Mar. 2010.
- LEMOS, André . Prefácio. IN: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca (orgs.).

- Inclusão Digital: polêmica contemporânea.** Salvador: EDUFBA, 2011.
- MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia e educação: a trajetória de um conceito.** Cadernos de Pesquisa, nº 115, p. 207-232, 2002.
- PRETI, Oresti. **Autonomia do aprendiz na educação a distância: significados e dimensões.** Cuiabá: UFMT-NEAD, 2005.
- PROVENZANO, Maria Esther. WALDHELM, Mônica. Aprender e ensinar a aprender diante dos desafios das TICs. LOLA In: SANTOS, Edméa; ALVES, Lynn (Orgs.). **Práticas Pedagógicas e Tecnologias digitais.** Rio de Janeiro, E-Papers, 2006.
- REIS, Maria das Graças Costa, EaD: Aprendizagem cooperativa e colaborativa. Monografia de pós-graduação defendida em 2009. UFRGS, Porto Alegre. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, vol 1, nº 1 jun. 2010.
- RICARDO, Eleonora Jorge. VILARINHO, Lúcia Regina Goulart. A construção da autoria na aprendizagem *online*: um desafio da pós-graduação. In: SANTOS, Edméa; ALVES, Lynn (Org.). **Práticas Pedagógicas e Tecnologias digitais.** Rio de Janeiro, E-Papeprs, 2006.
- SANTOS, Edméa. Educação on-line como campo de pesquisa-formação: potencialidades das interfaces digitais. IN: SANTOS, Edméa; ALVES, Lynn. **Práticas pedagógicas e tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- SERAFINI, Alessandra Menezes dos Santos. **A idealização e a Realidade. A autonomia do aluno em Educação a Distância.** Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- SILVA, Ana Paula SchefferSchell da; PEDRO, Eva Néri Rubim. Autonomia no processo de construção do conhecimento de alunos de enfermagem: o chat educacional como ferramenta de ensino. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2010, Vol.18, p.210-21.
- SILVA. Marco. **Pedagogia do parangolé – novo paradigma em educação presencial e online.** 2003 Disponível em http://www.saladeaulainterativa.pro.br/texto_0004.htm. Acessado em: 5 de nov. de 2012
- TORRES, Patrícia Lupion; MARRIOTT, Rita de Cássia Veiga. Aprendizagem colaborativa no LOLA In: SANTOS, Edméa; ALVES, Lynn (Org.). **Práticas Pedagógicas e Tecnologias digitais.** Rio de Janeiro, E-Papers, 2006.
- ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: 2007.